

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Folha de São Paulo

Class.:

1203

Data:

24.05.80

Pg.:

Xavantes exigem que fazendeiros sejam expulsos de reserva

BRASÍLIA (Sucursal) — Pintados de preto e vermelho e vestidos de calção, dez líderes Xavantes ocuparam ontem a Funai, em Brasília, exigindo a expulsão dos fazendeiros da reserva indígena de Parabuburé, em Barra do Garças (MT) e o retorno do sertanista Odenir Pinto de Oliveira à chefia da ajudância de Barra. Entre os dez líderes estavam Aribuena e Angelo, os caciques mais velhos da aldeia de Couto Magalhães e que nunca tinham vindo a Brasília.

A primeira atitude dos índios foi levar o diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena, coronel Cláudio Pagano, ao Departamento Geral de Operações, para entendimentos com o diretor do DGO, coronel José Godinho Rodrigues. Ai os líderes reivindicaram o despejo dos fazendeiros, uma vez que a reserva de Parabubure, criada em dezembro de 1979, continua ocupada por grandes fazendas, entre elas a de Xavantina, principal inimiga dos Xavantes, segundo o líder Celestino.

Depois desta conversa com os dois diretores da Funai os Xavantes foram ao gabinete do presidente do órgão com as mesmas reivindicações. Eles não aceitam o afastamento de Odenir Oliveira porque o consideram índio, uma vez que o sertanista nasceu em Kuluene, parte da reserva de Parabubure, e foi criado entre os Xavantes.

A retirada dos fazendeiros está sendo estudada por um grupo de trabalho composto pelo ministério do Interior, Funai, Incra, Conselho de Segurança Nacional e Banco do Brasil. Os fazendeiros a serem despejados da área deverão receber uma indenização do governo federal.

De acordo com as informações do cacique Celestino, os Xavantes deverão ficar mais alguns dias em Brasília e a decisão de se pintarem como se fossem para a guerra foi tomada porque "assim as coisas saem mais depressa". Celestino disse ainda que os Xavantes de Couto Magalhães e Pimentel Barbosa estão cansados com a demora para resolver os problemas de terra.

Xambioá só precisa de justiça, afirma secretário da CNBB

BRASÍLIA (Sucursal) — O secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes, negou ontem denúncias de fazendeiros da região de Xambioá no sentido de que a Comissão Pastoral da Terra estaria insuflando os posseiros da região e criando um clima de tensão.

D. Luciano, lembrando que os posseiros "foram, anteriormente, vítimas de ameaças de morte", declarou que eles, "há meses, vêm reclamando o exercício da justiça, procurando o Incra" e que "receberam resposta do órgão que os autorizava a permanecer na área".

O secretário da CNBB explicou que a situação delicada de Xambioá se deve ao "inexplicável atraso de soluções justas que resultem na aplicação do estatuto da terra na área. Quanto à Igreja, não tem havido uma lamentável campanha difamatória, por exemplo no que se refere a Nicola Arpone, que não teve nenhuma má influência nos fatos ocorridos em Xambioá.

URGÊNCIA

Desde outubro de 1979, disse d. Luciano, "a CNBB tem insistido na necessidade urgente do Incra e outras entidades darem uma solução justa aos conflitos que surgem na área. Há uma campanha de difamação e contínuas arbitrariedades", acrescentou.

Esta insistência da CNBB decorre do fato de haver na região cerca de sessenta conflitos envolvendo milhares de lavradores. De acordo com um documento da Pastoral os posseiros "estão desesperados. Expulsos de suas terras, sem terem para onde ir ou onde trabalhar, sem outro meio para sobreviver, que não a terra, estão acuados".

Os fazendeiros de Xambioá, região ao norte de Goiás na fronteira com o Pará, estiveram com o ministro da Justiça Ibraim Abi Ackel, a quem entregaram um documento afirmando que a guerrilha poderá renascer naquela área, devido à tensão social — a qual, no seu entender, não teria razão de ser, pois, garantem, os posseiros estariam recebendo boa diária e alimentação adequada.

Quanto à morte de um fazendeiro e seu capataz, também denunciada no documento dos fazendeiros de Xambioá, d. Luciano declarou: "Segundo o relato comprovado por várias testemunhas, a morte do fazendeiro resultou de disparos de arma de caça, em legítima defesa. Lamentamos profundamente esse fato e confiamos na decisão dos que representam a justiça".

Acrescentou que os posseiros insistiram em se entregar ao Exército, "temendo arbitrariedades da polícia" e que "no momento, estão sendo ouvidos na delegacia local e darão a informação completa dos eventos".